

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO 2016

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais, a Administração da CEB Geração S/A, concessionária da Pequena Central Hidrelétrica do Paraná - PCH Paraná e da Usina Térmica Brasília - UTE Brasília, subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília - CEB, apresenta suas Demonstrações Financeiras, bem como os Pareceres do Conselho Fiscal e Auditores Independentes, relativos ao exercício findo em 31/12/2016.

O ano de 2016 para o setor de geração de energia foi marcado por escassez de chuvas no território nacional, especialmente no Distrito Federal. Essa crise hidrológica também prejudicou a recuperação dos níveis dos reservatórios dos aproveitamentos de geração localizados, principalmente, nas bacias hidrográficas do sudeste e centro oeste brasileiro.

O ano foi marcado pelo enquadramento da Usina Hidrelétrica do Paraná-UHE, para Pequena Central Hidroelétrica - PCH. E essa alteração de enquadramento vai proporcionar, a curto prazo, ganhos para CEB Geração, uma vez que haverá redução de despesas e aumento da receita da empresa por meio da aplicação da legislação, que prevê o desconto de 50% (cinquenta por cento) da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD, e a isenção da aplicação de 1% da receita operacional líquida proveniente da venda de energia em Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, apesar do pagamento do encargo de Uso de Bem Público, - UBP.

Outro benefício da transformação em PCH é o recebimento de incentivos que podem auferir ganhos financeiros no preço de venda de energia, por se tratar de uma produção incluída como fonte incentivada, cujo preço é superior ao da fonte convencional. Devido ao enquadramento da UPA em PCH foi assinado um novo contrato de concessão e dois termos aditivos com Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O novo contrato, de número 01/2016-ANEEL, que teve como objeto a transformação em PCH, e a consequente alteração da modalidade da concessão de Serviço Público para Produtor Independente de Energia, consequindo-se mais liberdade na gestão do empreendimento.

Em relação aos termos aditivos, o primeiro diz respeito a transferência da concessão da Usina do Paraná, da Companhia Energética de Brasília S.A., para a CEB Geração S.A, conforme Resolução Autorizativa nº 318 da ANEEL, de 14.09.2005. O outro termo aditivo, alterou o prazo de concessão da usina, prorrogando o vencimento da concessão, de outubro de 2019, para abril de 2020, conforme repactuação realizada em 2015.

Na barragem do Paraná além das manutenções rotineiras, foi contratada empresa especializada para elaboração do Plano de Segurança da Barragem. O plano contará com análise das condições atuais da barragem, contemplando uma revisão periódica, análise dos trabalhos executados e simulações de rompimento.

Foi rescindido, emagvelmente, o Contrato 002/2014 com o Consórcio EBES/SINER, que tinha como objeto a construção de uma usina solar fotovoltaica no Estádio Nacional - Mané Garrincha. Os recursos para fazer frente aos custos de rescisão foram disponibilizados pela Terrapac, proprietária do empreendimento.

A UTE Brasília devido ao seu alto custo operacional e defasagem tecnológica não se presta mais a geração de energia elétrica representando atualmente um ativo que não gera receita. Por isso a empresa irá trabalhar na viabilização de sua alienação. Para tanto está tramitando na Secretaria de Gestão do Território e Habitação - SEGETH - o pedido de mudança de destinação do local que precisa ser aprovada pelo Poder Legislativo local. No âmbito do Governo Federal tramita processo para regulamentar a livre disponibilização, para a concessionária, dos bens e das instalações vinculadas à concessão.

Outro fato importante que merece destaque, ainda em relação ao terreno da usina térmica, foi a revogação do Decreto nº 33.604/2012, que declarava de utilidade pública para fins de desapropriação, parte do lote para fins de viabilizar o prolongamento do sistema viário no Setor de Indústria e Abastecimento - SIA. Com isso o terreno voltou à condição original de lote único. Como já mencionado, em 2016, o ato hidrológico foi desfavorável. Esse fato proporcionou a intensificação das atividades de manutenção da PCH do Paraná, onde foi feita a correção das falhas no isolamento estor do gerador 2 e a substituição do regulador de tensão da mesma unidade.

Foram feitos investimentos na instalação de uma nova estação hidrometeorológica, o jussante da Barragem do Paraná, para fins de atender a procedimentos regulatórios exigidos pela Agência Nacional de Águas - ANA e da ANEEL. Foi concluído o inventário da empresa que abrangue as conciliações da base física com os cadastros técnicos, base contábil e atualização do Ativo Imobilizado em Serviço de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico.

A EMPRESA

A CEB Geração S/A é subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília - CEB. Foi criada pela Lei Distrital Nº 2.648, de 26/12/2000 e explora o potencial de energia hidráulica da Pequena Central Hidrelétrica - PCH Paraná, nos termos do Contrato de Concessão Nº01/2016- ANEEL.

A empresa possui capital social de R\$ 7.575.212,61 (sete milhões quinhentos e setenta e cinco mil, duzentos e doze reais e sessenta e um centavos) dividido em 7.575.212 (sete milhões quinhentas e setenta e cinco mil, duzentos e doze) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

A governança da empresa, nos termos de seu Estatuto, é composta pela Assembleia Geral, duas Diretorias e Conselho Fiscal. O objeto social da empresa é a geração e comercialização da energia produzida pelas Usinas do Paraná e da Térmica Brasília, e por outros empreendimentos de geração de que vier a participar praticando todos os atos necessários à consecução de sua finalidade, podendo constituir ou participar de outras sociedades na condição de acionista ou quotista, como meio de realizar o seu objeto social ou para beneficiar-se de incentivos fiscais.

Buscando o fortalecimento da identidade institucional do grupo empresarial, Companhia Energética de Brasília - CEB, com vistas ao aperfeiçoamento das melhores práticas de governança corporativa, ao aumento da produtividade e redução de despesas, foi feita a mudança da sede da CEB Geração S.A. para o SIA - Setor de Áreas Públicas, lote C, s/n.

MISSÃO

Gerar energia elétrica com qualidade, de maneira sustentável, beneficiando a sociedade e contribuindo para o desenvolvimento econômico do Distrito Federal.

VISÃO

Até 2020 ser referência em geração de energia no Distrito Federal, buscando as melhores práticas em gestão e sustentabilidade.

VALORES

Legalidade: Estrita obediência à lei: Nenhum resultado poderá ser considerado bom, nenhuma gestão poderá ser reconhecida como de excelência à revelia da Lei.  
Impessoalidade: Não fazer acepção de pessoas. A cortesia, a rapidez no atendimento, a confiabilidade e o conforto são requisitos de um serviço de qualidade e devem ser agregados a todos os clientes da empresa.  
Moralidade: Pautar a gestão da CEB Geração S/A por um código moral de aceitação pública.  
Transparência: Dar publicidade e consistência aos fatos e aos dados da CEB Geração S/A repassados aos Órgãos Fiscalizadores, Governo e Sociedade em geral.  
Efetividade: Fazer o que precisa ser feito com o máximo de qualidade ao menor custo possível.

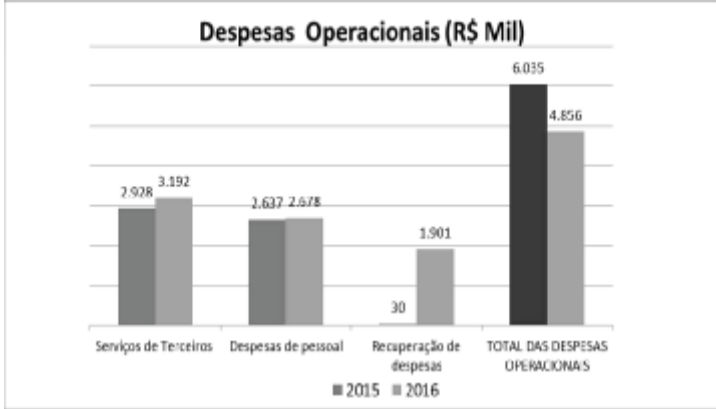
CONTEXTO ECONOMICO-FINANCEIRO

A CEB Geração é uma concessionária na condição de Produtora Independente, obtendo sua receita exclusivamente da venda de energia da Pequena Central Hidrelétrica - Paraná.  
A receita operacional líquida da Companhia, em 2016, totalizou R\$15.101 mil, com aumento em 9,2% em relação ao ano de 2015, cujo receita foi de R\$13.832 mil, valor reclassificado para comparabilidade após a adequação ao Novo Plano de Contas do Setor Elétrico.

	2016	(R\$ Mil) 2015 Reclassificado
DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS		
Receita Operacional Bruta	16.486	15.331
Receita Operacional Líquida	15.101	13.832
Resultado Operacional Líquido Antes dos Tributos	9.067	8.211
EBITDA	8.762	7.718
Lucro Líquido (Prejuízo)	8.324	7.458
Patrimônio Líquido	14.035	13.602

Fonte: Demonstrações Contábeis da CEB Geração S.A.

Do ponto de vista das despesas operacionais, seguindo orientação do grupo CEB, os resultados foram mantidos, ocorrendo apenas o incremento na rubrica de serviços de terceiros, aumento de 9,02 %, devido aos reajustes legais dos serviços contratados para manter e operar a PCH.  
A despesa de pessoal aumentou 1,55%, de R\$ 2.637 para R\$ 2.678 mil, ou seja, R\$ 41 mil, e a força de trabalho composta por 6 profissionais requisitados e 2 diretores.



Em 2016, as despesas operacionais da CEB Geração S.A. foram reduzidas na ordem de 20%. Essa redução foi motivada pela conciliação dos valores dos ativos inventariados, bem como pela correções nos índices de depreciação, cujas as taxas foram ajustadas de acordo com os critérios estabelecido no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico.  
Assim sendo, com a mudança de estimativa de depreciação adotadas, a recuperação de despesa ficou no patamar de R\$ 1.901 mil, valor expressivo quando comparado com o valor do ano anterior, ou seja, de R\$ 30 mil.

ESTRATÉGIA E GESTÃO

A estratégia de gestão continua com foco em resultados.  
A estratégia para 2017 continuará no sentido de viabilizar a venda dos ativos da usina térmica. A mudança de destinação é muito importante sob o ponto de vista comercial, uma vez que vai permitir a flexibilização para usos institucional, comercial e prestação de serviços, bem como a alteração dos parâmetros de ocupação do terreno, ou seja, a alteração do gabarito de edificação, possibilitando assim um melhor aumento do preço de venda e um maior retorno financeiro para a empresa.  
Além da mudança de destinação de área do terreno da térmica, estamos aguardando a publicação de Decreto Federal que vai regulamentar a prorrogação das concessões de geração de energia termelétrica de que trata a Lei nº 12.783/2013. Esse decreto vai possibilitar a venda, não só do lote em questão, mas, também, da sucata remanescente da usina térmica.

Deverá ser concluído em março/2017 a Elaboração do Plano de Segurança da Barragem do Paraná e do Plano de Ação de Emergência, ficando como compromisso da empresa a continuidade de zelo nos aspectos de segurança, inclusive dispor de investimentos que forem necessários para a garantia de uma operação segura.  
Tendo em vista o novo contrato de concessão que passou a considerar a usina como PCH, e a nova Lei nº 13.360/2016, que altera uma série de normas e conceitos no setor elétrico, trabalharemos com vistas à renovação da Concessão da PCH Paraná, cujo contrato vigora até abril de 2020.

Cabe ressaltar que a responsabilidade socioambiental da Empresa é muito grande, tendo em vista a necessidade de se manter a cota do lago Paraná nos parâmetros definidos pela Agência de Águas do Distrito Federal, além de manter as matas ciliares a área da usina protegidas, livre de invasões e de atividades de caça e a pesca.  
Por fim, registre-se que a CEB Geração S/A realizou todas as suas atividades empresariais com recursos próprios, compreendendo: comercialização de energia elétrica, execução do controle efetivo da geração de energia e do estoque de água no Lago Paraná, assim como suas atividades de suporte administrativo, contábil, econômico, financeiro e de suprimento, em conformidade com a legislação vigente local e federal.

GESTÃO SÓCIO-AMBIENTAL

O lago do Paraná é de uso múltiplo com atividades de pesca amadora, esportes aquáticos, recreação, além de ser um ponto de atração turística devido a beleza paisagística, áreas de praias e locais para diversão em suas margens.  
A empresa é responsável pelo monitoramento e manutenção da cota do lago Paraná, de acordo com os valores determinados pela Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal - ADASA.  
Em 2016, a cota do lago foi mantida entre os valores máximo de 1.000,80(m) e acima do mínimo de 999,80(m). A manutenção da cota entre os valores máximos e mínimos tem grande influência no clima de Brasília, principalmente, no período de estação seca, contribuindo para melhorar os níveis de umidade relativa do ar.  
A PCH Paraná recebe visita de alunos das redes públicas e privadas, bem como de facultades de ensino que recebem informações quanto ao uso racional de energia e sobre o processo de geração de energia, abordando ainda as questões relacionadas com o meio ambiente, incluindo a importância da preservação das bacias hidrográficas.  
No ano de 2016, registamos as visitas de aproximadamente 600 pessoas à PCH Hidrelétrica do Paraná, oriundas de diversas instituições.  
Por outro lado, devido a topografia da área e das instalações da usina, as equipes do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBDMF e do Exército Brasileiro realizaram treinamentos estratégicos das respectivas corporações.

RECURSOS HUMANOS

A CEB Geração S/A não possui quadro de empregados próprios. Em 2016 a equipe foi composta por 01 (um) Diretor Geral, 01 (um) Diretor e 06 (seis) funcionários requisitados da CEB Distribuição S.A. Ressalta-se que a manutenção e operação da PCH Paraná é realizada por terceiros.

Os empregados requisitados fazem jus aos termos contidos no Acordo Coletivo de Trabalho da empresa de origem.

TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO

No exercício de 2016 foram realizados os seguintes treinamentos:  
- Participação em seminários do Setor Elétrico;  
- Curso de Informática (Excel intermediário e avançado);  
- Treinamento sobre a Lei 13.303/2016;

COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A PCH Paraná - possui garantia física de 13 MW médios, determinada pelo órgão regulador e participa do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE.  
Em 2016, foram finalizados 28 Contratos de Comercialização de Energia Elétrica - CCEAR, firmados no âmbito do 4º Leilão de Energia Existente, realizado em 2005.

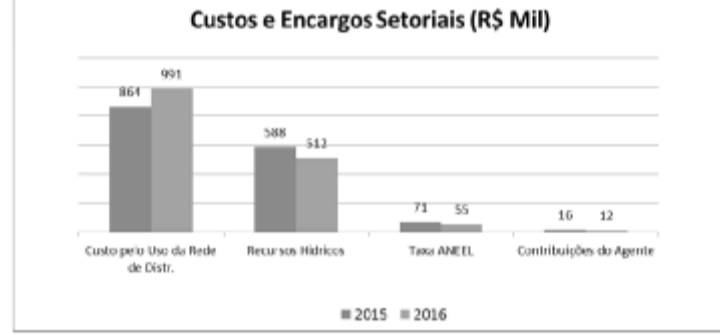
O volume de energia comercializada em 2016 totalizou 11,97MW médios, que evidenciam um acréscimo de 2,7% em relação aos 11,66 MW médios comercializados em 2015. Contudo, deste montante, 88,4% corresponde a venda de energia no ambiente regulado - ACR e os restantes 11,4% foram adquiridos no mercado de curto prazo - MCP.

A venda de energia no mercado regulado resultou em uma receita bruta de aproximadamente R\$ 15.550.000,00.  
A crise hídrica levou a redução de 13% da garantia física do sistema, afetando as empresas de geração. Para suprir essa redução, as empresas adquirem energia ao Preço de Liquidação das Diferenças - PLD - cujo valor médio foi R\$93,9 e cadem ao sistema ao preço de R\$12,32. A CEB Geração, entretanto, optou pela repactuação do risco hidrológico, como definido na Resolução 684/2015-Aneel, repassando ao consumidor 100% deste risco, o que resultou em um crédito de R\$ 1.524.748,00 ainda na liquidação financeira do MCP.

Desta forma, a CEB Geração tornou-se credora no processo de liquidação do MCP, ou mercado SPOT. No entanto, distintas limitares e ações judiciais que, ou protegem os agentes que não optaram pela repactuação do risco hidrológico, ou definem prioridade no recebimento dos créditos da liquidação, impedem que a CCEE liquide integralmente o valor devido.

A alteração do regime de exploração para Produtor Independente de Energia - PIE, aliada à alteração na caracterização do ativo da empresa, de UHE para PCH, permitiu que a empresa passasse a comercializar energia elétrica incentivada, de maior valor de mercado, em comparação com a energia convencional.  
Assim, com a previsão de encerramento dos CCEARs, coube a CEB GERAÇÃO a realização do 1º Leilão de Venda de Energia Incentivada no Ambiente Livre, em dezembro de 2016.

A empresa alcançou seus objetivos no Leilão e firmou novos contratos de venda de energia, agora incentivada, com período de vigência de janeiro de 2017 a setembro de 2019, cujos resultados financeiros serão acompanhados a partir do próximo ano. Com relação aos custos e encargos setoriais, houve acréscimo no CUSD - Contrato de Uso da Distribuição, reajustada anualmente pela Aneel. O encargo de Recursos Hídricos diminuiu por que a geração total de 2016 foi menor que a geração de 2015. A taxa da Aneel é calculada anualmente de acordo com orçamento da Agência e outros fatores, e é publicada através de nota técnica e resolução. E a contribuição da CCEE é calculada anualmente com o orçamento previsto para o ano seguinte, cada agente paga proporcionalmente de acordo com a participação no mercado de energia elétrica.



PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - P&D

Visando executar Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D em atendimento às Resoluções da ANEEL, a CEB Geração S/A tem participado do processo de escolhas de temas que atendam aos requisitos do Manual de P&D da ANEEL, em conjunto com a CEB Distribuidora.  
Foi desenvolvido um estudo no Aterro sanitário de Brasília, conhecido como Lixão da Estrutura, com o objetivo de implementar um P&D intitulado **hibridização de fontes de geração de energia elétrica como alternativa tecnológica de remediação ambiental de áreas degradadas por resíduos sólidos urbanos**. Uma consultoria externa independente avaliou o projeto, qualificando-o como adequado à continuidade. Agora estamos buscando parcerias para o investimento em P&D.

PERSPECTIVAS E INVESTIMENTOS

**Aquisições:**  
• Regulador de Tensão da unidade 2 da PCH Paraná.  
• Nova estação hidrometeorológica a jussante da Barragem do Paraná, visando a adequação às exigências da Resolução ANA/ANEEL nº03/2016, que trata do sistema de monitoramento hidrometeorológico.  
Também foram feitas as seguintes realizações:  
• Finalizada a reforma da unidade geradora 2, com tratamento de isolamento no rotor, estator e excitatriz, além de substituição de peças desgastadas;  
• Apoio à controladora Companhia Energética de Brasília - CEB nos assuntos institucionais, em especial aqueles relacionados com o Poder Concedente e às Associações de Classe;  
• Preservação das matas ciliares e nativas na área da PCH Paraná por meio de vigilância e conservação nas proximidades da usina;  
• Adequação e funcionamento autônomo da empresa para atendimento amplo à regulamentação dos órgãos reguladores setoriais e federais, através da atualização dos módulos do sistema de Gestão ERP RM da TOTVS, incluindo a implantação do Novo Plano de Contas do Setor Elétrico;

AGRADECIMENTOS

A Administração da CEB Geração S/A agradece à Companhia Energética de Brasília - CEB, pelo apoio e confiança recebidos no exercício de 2016. Aos clientes e fornecedores, nosso reconhecimento pela parceria respeitosa e dinâmica construída, que contribuiu para o alcance dos resultados apurados. Em especial, a empresa agradece aos seus colaboradores, pelo empenho e dedicação determinantes para o atingimento dos objetivos da empresa.

A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de Reais

	Nota	2016	2015 RECLASSIFICADO
<b>ATIVO</b>			
Ativo Circulante		8.711	8.904
Caixas e Equivalentes de Caixa	6	6.113	6.488
Caixa		2	5
Equivalentes de Caixa		6.111	6.483
Concessionários e Permissonários	7	1.696	1.623
Serviços em curso	8	8	17
Tributos Compensáveis	9	39	41
Depósitos Judiciais e Cauções	10	10	0
Despesas pagas antecipadamente	11	845	0
Outros Ativos Circulantes		0	735
Ativo Não Circulante	12	9.219	8.407
Despesas Pagas Antecipadamente	12.1	2.113	3.803
Imobilizado	12.2	5.698	4.374
Intangível	12.3	1.408	230
<b>Total do ativo</b>		<b>17.930</b>	<b>17.311</b>
<b>PASSIVO</b>			
Passivo Circulante		3.029	3.709
Fornecedores	13	889	869
Obrigações Sociais e Trabalhistas	14	56	44
Benefício pós-emprego	15	6	6
Tributos	16	309	280
Provisões para Litígios	17	1	1
Dividendos a pagar	18	162	1.432
Encargos Setoriais	19	989	849
Provisão para Uso do Bem Público	20	359	0
Partes Relacionadas	21	256	228
Outros Passivos Circulantes		2	0
Passivo Não Circulante	22	866	0
Provisão para Uso do Bem Público		866	0
Patrimônio Líquido	23	14.035	13.602
Capital Social		7.575	7.575
Capital Subscrito		7.575	7.575
Reservas de Lucros		2.298	2.298
Reserva Legal		1.515	1.515
Reserva de Retenção de Lucros		783	783
Dividendo Adicional Proposto		4.162	3.729
<b>Total do passivo</b>		<b>17.930</b>	<b>17.311</b>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO Em Milhares de Reais

	Nota	2016	2015 RECLASSIFICADO
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	24.1	15.101	13.832
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	24.2	(845)	(3.250)
Energia de Curto Prazo		0	3.803
(-) Repactuação do Risco Hidrológico		0	(88)
Ajuste de Inadimplência - Mercado de Curto prazo		(991)	(864)
Custo de Uso da Rede Elétrica		(12)	(16)
Contribuições de Agente		(1.848)	(415)
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>		<b>13.253</b>	<b>13.417</b>
DESPESAS OPERACIONAIS	24.3	(836)	(972)
Material		(40)	(26)
Serviços de Terceiros		(3.192)	(2.928)
Tributos		(46)	(43)
Depreciação		(365)	(336)
Pessoal		(1.762)	(1.762)
Administradores		(886)	(875)
Provisão para Litígios		0	(1)
(-) Reversão de Provisão para Litígios		0	3
(-) Recuperação de Despesas		1.901	30
Gastos Diversos		(436)	(97)
		(4.856)	(6.035)
<b>RESULTADO DO SERVIÇO</b>		<b>8.397</b>	<b>7.382</b>
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS	24.4	762	896
Receitas Financeiras		(92)	(67)
Despesas Financeiras		762	896
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>670</b>	<b>829</b>
RESULTADO DO SERVIÇO, ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA	24.5	9.067	8.211
Contribuição Social		(247)	(246)
Imposto de Renda		(496)	(507)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>8.324</b>	<b>7.458</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO</b>		<b>1,10</b>	<b>0,98</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO Em Milhares de Reais

	2016	2015
<b>Geração de Riqueza</b>		
Receita Operacional (Receita bruta de vendas de energia e serviços)	16.486	15.331
<b>Suprimento de energia</b>	<b>15.550</b>	<b>15.014</b>
CCEAR	9.935	12.989
MCSD	5.615	2.025
<b>Energia de Curto Prazo</b>	<b>936</b>	<b>317</b>
(-) Insumos (insumos adquiridos de terceiros: compra de energia, material, serviços de terceiros, etc.)	(3.602)	(3.422)
= <b>Valor Adicionado Bruto</b>	<b>12.884</b>	<b>11.909</b>
(-) Quotas de Reintegração (depreciação, amortização)	(365)	(336)
= <b>Valor Adicionado Líquido</b>	<b>12.519</b>	<b>11.573</b>
+ <b>Valor Adicionado Transferido</b> (receitas financeiras, resultado da equivalência patrimonial)	<b>762</b>	<b>896</b>
= <b>Valor Adicionado a Distribuir</b>	<b>13.281</b>	<b>12.469</b>
<b>Distribuição da Riqueza - Por Partes Interessadas</b>		
Empregados (Empregados e Administradores)	2.678	2.638
Governo (Impostos, Taxas E Contribuições)	47	43
Financiadores (Despesa financeira, empr. e financ.)	92	67
Acionistas (Lucro Líquido)	8.324	7.458
= <b>Valor Adicionado Distribuído (Total)</b>	<b>11.141</b>	<b>10.206</b>
<b>Distribuição da Riqueza - Governo e Encargos Setoriais</b>		
<b>Tributos/Taxas/Contribuições</b>	<b>1.345</b>	<b>1.313</b>
PIS/PASEP	107	100
COFINS	495	460
IRPJ do exercício	496	507
CSLL a pagar do exercício	247	246
<b>Encargos Setoriais</b>	<b>795</b>	<b>950</b>
RGR	76	130
Contribuições de Agentes - CCEE/O N S	12	16
CFURH	512	588
TFSEE	55	71
P&D	140	145
= <b>Valor Distribuído (Total)</b>	<b>13.281</b>	<b>12.469</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO Em milhares de Reais

	Capital Social Capital Subscrito	Reservas de Lucros Reserva Legal	Retenção de Lucros	Lucros (Prejuízo) Acumulados	Dividendo a disposição da AGO	Total
<b>SALDO EM 31.12.2014</b>	<b>7.575</b>	<b>1.515</b>	<b>783</b>	<b>0</b>	<b>2.408</b>	<b>12.281</b>
Pagamento de Dividendos	-	-	-	-	(2.408)	(2.408)
Lucro do exercício	-	-	-	7.458	-	7.458
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-
Dividendos a distribuir	-	-	-	(7.458)	3.729	(3.729)
<b>SALDO EM 31.12.2015</b>	<b>7.575</b>	<b>1.515</b>	<b>783</b>	<b>0</b>	<b>3.729</b>	<b>13.602</b>
Pagamento de Dividendos	-	-	-	-	(3.729)	(3.729)
Lucro do exercício	-	-	-	8.324	-	8.324
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-
Dividendos a distribuir	-	-	-	(8.324)	4.162	(4.162)
<b>SALDO EM 31.12.2016</b>	<b>7.575</b>	<b>1.515</b>	<b>783</b>	<b>-</b>	<b>4.162</b>	<b>14.035</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EX

Nos resultados obtidos, é possível destacar que a UHE Paraná gera fluxo de caixa suficiente para remunerar a adequadamente considerando as taxas mínimas de atratividade estabelecidas. Portanto, podemos concluir que o valor alocado na conta de ativos imobilizado para a UHE reflete o seu valor justo e os ativos não estão registrados contabilmente por um valor superior aquele passível de ser recuperado.

## Passivo Circulante e Não Circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real ou legal constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

## Plano Previdenciário e Outros Benefícios aos Empregados

Os custos associados ao plano de complementação de aposentadoria e pensão, junto à Fundação CEB de Seguridade Social - FACESB são reconhecidos à medida que as contribuições são incorridas. Os passivos atuariais e os custos e despesas deles decorrentes são registrados em conformidade com a Deliberação CVM n 371/2000.

## Apuração do Resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento de energia elétrica para todas as concessionárias e permissionárias é efetuado mensalmente de acordo com a disponibilização dos valores pela CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

## Estimativas Contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração se baseie em estimativas e seu julgamento para o registro de certas transações que afetem os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações nas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas e julgamento da Administração. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de provisão para contingências.

## Receitas e despesas

Incluem os juros, variações monetárias incidentes sobre os direitos e obrigações sujeitos à atualização monetária até a data das demonstrações financeiras. O efeito líquido dessas atualizações está refletido no resultado do período.

## Lucro por ação

É determinado considerando-se a quantidade de ações em circulação na data das demonstrações financeiras.

## Demonstração do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Empresa, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

## b) Práticas Contábeis Regulatórias - Específicas do Setor Elétrico

## Plano de Contas

A Companhia adota o plano de contas do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº 605, de 11 de março de 2014, e alterações posteriores.

## Ativos e Passivos Regulatórios

A Companhia não possui Ativos ou Passivos Regulatórios.

## Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PLCD

A Companhia entende não haver necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerando não haver risco de perdas com estes créditos.

## Imobilizado

### i. Ativo Imobilizado em Serviço - AIS

• Bens e instalações em função do serviço concedido

Os bens e direitos em função do serviço concedido são cadastrados e controlados pela concessionária e permissionária em sistemas auxiliares ou em registros suplementares, por meio de Unidade de Cadastro - UC e Unidade de Adição e Retirada - UAR, por Ordem de Imobilização - ODI, conta contábil, data de sua transferência (capitalização) para o Imobilizado em Serviço.

### • Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Resolução Normativa nº 674, de 11 de agosto de 2015, que estabelece as taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço das concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor elétrico, conforme tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE (Vide nota explicativa nº 8).

Referidas taxas foram avaliadas pela Companhia, tendo concluído que as mesmas refletem a vida útil do seu ativo imobilizado.

### ii. Ativo Imobilizado em Curso - AIC

Bens e instalações em formação ou construção.

• Rateio da Administração Geral (RAG).

É a transferência para as Ordens em Curso da parcela registrada na Administração Central que indiretamente trabalhou para o investimento. O valor é calculado em até 10% da apropriação de Pessoal e de Serviço de Terceiros nas Ordens em Curso.

• Encargos Financeiros.

Em função do disposto na Instrução Contábil nº 6.3.6 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº 605, de 11 de março de 2014, e na Deliberação CVM nº 672, de 20 de outubro de 2011, os juros, variações monetárias e encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão apropriados às ordens em curso como custo.

## Encargos Regulamentares

a) Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, Programa de Eficiência Energética - PEE e Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT.

As empresas geradoras de energia elétrica estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para reinvestimentos nesses programas.

## b) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica -TFSEE.

Calculadas pela ANEEL, incidente sobre a geração de energia, considerando o valor econômico agregado pela concessionária.

## Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Os registros das operações de compra e venda de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo, definidos pela CCEE, estão reconhecidos pelo regime de competência, de acordo com informações fornecidas por aquela entidade e/ou por estimativa, quando essas informações não estão disponíveis.

## 3 - DAS CONCESSÕES

Apesar de, em 2005, ter ocorrido a segregação das atividades de geração da CEB para a CEB Geração S.A. (CEB G) - anuído por meio da Resolução Autorizativa nº 318, de 14 de setembro de 2005 -, não houve a celebração do correspondente contrato de concessão formalizando a transferência das atividades. Diante disso foi assinado o Termo Aditivo transferindo oficialmente a titularidade da concessão da CEB H para a CEB G e formalizada a extensão de prazo de vigência da outorga de concessão até 29/04/2020, devida à repactuação ocorrida.

O empreendimento do Paraná foi enquadrado como PCH - Pequena Central Hidrelétrica, permitindo que a ele fossem conferidos os benefícios previstos na legislação pertinente para esse tipo de central geradora. Foi assinado em dezembro de 2016 o novo Contrato de Concessão nº 001/2016-ANEEL, na qual a CEB Geração pode atuar como Produtora Independente de Energia.

A Usina Termelétrica Brasília deu-se o término contratual da concessão, no dia 07/07/2015, o processo de caducidade pela ANEEL (ofício 661/2015-SCG/ANEEL) deveu-se a vários fatores: projeto da década de 50, custo de energia mais caro do Brasil, ausência de peças, ausência de modernização, questões ambientais e não foi mais despachado pelo ONS desde 2009, sendo até retirada do quadro de Usinas disponíveis à Operação do Sistema Nacional. Os atos dessa Usina estão sendo avaliados visando sua desmobilização. A venda desses ativos deverá ocorrer após a regulamentação da reversão dos bens vinculados às concessões de geração de energia elétrica por ocasião de sua extinção, de forma a não abranger bens que não sirvam para a prestação do serviço ao qual estavam afetos.

Usinas	Potência instalada	Localização
PCH - Paraná	30 MW	Rio Paraná - DF
Usina Termelétrica de Brasília	10 MW	Área de Serviços Públicos - Trecho 4, Lote A - Brasília - DF

## 4 - CONTINGÊNCIAS JURÍDICAS

### 4.1 - Contingência Trabalhista

Processo nº 0001377-33.2013.5.10.0006 [Proc. CEB: 093.000.039/2013] 6ª Vara Trabalhista de Brasília a Reclamante trabalhista proposta por Luciano Campitelli Conti contra a CEB Geração S.A., sobre pagamento de adicional mensal de "condutor autorizado especial", Plus salarial no importe de 40% do salário do Reclamante, em face do acúmulo de funções e adicional de periculosidade no importe de 30%, tudo com reflexos em férias, terço constitucional, 13º salários, FGTS e verbas rescisórias, além de férias do período de 2011/2013 acrescentando 60%, férias proporcionais de julho de 2012/janeiro de 2013, férias em dobro de 2009 a 2013, 60% de adicional de férias. A CEB apresentou defesa alegando que o reclamante por ter sido ocupante de emprego em comissão, realizada pericia que concluiu que o reclamante adentrava em área de risco habitualmente em condições de periculosidade. Foi declarada incompetência da justiça trabalhista para julgar devido à natureza do cargo. Em março/2015, o recurso ordinário interposto pelo Reclamante foi julgado procedente, e determinada a remessa dos autos para a vara de origem. O processo retornou à vara originária em 25/03/2015 e realizada nova audiência de encerramento de instrução, sem proposta de acordo. Foi proferida sentença julgando improcedente todos os pedidos do autor. O Reclamante interpôs recurso ordinário, que foram contra-arrazoados pela CEB-G. Atualmente os autos se encontram concluídos com o Relator desde 23.09.2016. Valores, bens ou direitos envolvidos R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). Classificada como passível de perda.

### 4.2 - Terreno

O terreno onde está localizada a PCH - Paraná é de propriedade da TERRACAP e sofre ações judiciais de espólio de "Sebastião de Souza e Silva e Outros", que contestam a propriedade da área. Esforços de regularização da situação dominial do mesmo são realizados pela CEB Geração, desde a sua criação. Em 26/11/2010, o juiz de direito que analisou o processo 0002.01.1.085001-7 determinou a exclusão da ação do "CARTÓRIO DO 1º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DA COMARCA DE PLANALTIMA ESTADO DE GOIÁS" do polo passivo da lide, por faltar-lhe personalidade jurídica para residir em juízo e, no mérito, julgou improcedente os pedidos formulados com a inicial. Com fundamento no art. 269, I do CPC, declarou resolvido o processo e determinou que as custas do processo fossem pagas pelo autor. Em 15/04/2011, foi julgado o recurso pela 2ª Turma do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, tendo sido decretada a nulidade do processo que foi extinto sem resolução do mérito, nos termos do artigo 267, VI do CPC. A decisão foi unânime, fundamentada no sentido de que "em se tratando de pedido de anulação de compra e venda de imóvel rural, devem constar no polo passivo da demanda todos os participantes do negócio jurídico, vendedores inclusive, eis que, nos termos do art. 47 do CPC, deve ser decidida a lide de modo uniforme para todas as partes envolvidas". Contra a decisão, houve Recurso Especial da TERRACAP, acompanhado de Recurso Especial Adesivo do autor, que permanecem no aguardo de julgamento.

## 5 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.

As Demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda usual da Companhia, com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado, e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76), incorporando as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, conjuntamente com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em razão de ser subsidiária integral de companhia aberta.

A Companhia optou por aplicar a isenção com relação ao ICPC 10 - avaliação do valor justo dos ativos de geração. Essa interpretação incentiva fortemente que na adoção inicial do Pronunciamento CPC 27 (IAS 16), seja estabelecido o valor justo daqueles bens de valores relevantes ainda em operação e que apresentem valor contábil substancialmente inferior ou superior ao seu valor justo.

Entretanto, a Companhia fez uma avaliação a valor justo dos seus ativos de geração mais antigos, quais sejam: a Usina Hidrelétrica do Paraná - UHPA e Usina Termelétrica de Brasília, que entraram em operação no ano de 1962, e que se encontram, em média, com 80% desses ativos já depreciados, e concluiu que esse valor justo é o valor contábil, não sendo necessária nova avaliação desses bens do ativo.

A CEB Geração avaliou os eventos subsequentes até 23 de janeiro de 2017, que é a data da aprovação das demonstrações financeiras pela Diretoria da empresa.

Os Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal gestor das operações da empresa para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

Os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de geração de energia. Conseqüentemente, a empresa concluiu que possui apenas um segmento passível de reporte que é de geração e comercialização de energia.

## 5.1 Reclassificação nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015

Em atendimento ao novo Plano de Contas do Setor Elétrico, as demonstrações relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram reclassificadas com o objetivo de apresentar de forma mais adequada os valores daquela data, para fins de comparabilidade como segue:

## BALANÇO PATRIMONIAL

(a) No Ativo Circulante a conta Devedores Diversos no valor de R\$ 776 mil, foi desmembradas nas rubricas Tributos Compensáveis no valor de R\$ 41 mil e Outros Ativos Circulantes, de R\$ 735 mil.

(b) No Passivo Circulante as contas Tributos e Contribuições Sociais no valor de R\$ 126 mil e Imposto de Renda e Contribuição Social de R\$ 154 mil foram consolidadas na rubrica Tributos totalizando o valor de R\$ 280 mil.

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

(a) Na Demonstração de Resultado, os custos com Recursos Hídricos no valor de R\$ 588 mil e Taxa de Fiscalização de R\$ 71 mil, antes registrados como custos com energia elétrica foram transferidos para a rubrica encargos do consumidor com dedução da Receita de Venda, ocorrendo a redução de R\$ 659 mil no Custo com energia elétrica e ocasionando a redução da Receita Operacional Líquida no mesmo montante.

(b) Nas Despesas Operacionais a rubrica Pessoal e Encargos Sociais foi reduzida no valor de R\$ 834 mil relativo às despesas com diretoria, sendo este transferido para a rubrica Administradores juntamente com a conta Conselho Fiscal - Honorários e Encargos Sociais, totalizando o montante de R\$ 875 mil.

## 6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía instrumentos financeiros representados por aplicações em CDB de curto prazo. O valor desses instrumentos, reconhecidos nestas Demonstrações financeiras se aproxima ao de valor de mercado, mediante comparação de taxas de juros contratuais com as taxas de juros prevalecentes no mercado em operações similares na data e estão compostos como se segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa Geral	2	1
Banco Conta Movimento	0	4
<b>Caixa</b>	<b>2</b>	<b>5</b>
Aplicações Financeiras		
BRB - CDB	2.268	5.954
Bradesco - CDB	3.843	529
<b>Equivalente de Caixa</b>	<b>6.111</b>	<b>6.483</b>
<b>TOTAL</b>	<b>6.113</b>	<b>6.488</b>

## 7 - CONCESSIONÁRIOS E PERMISSIONÁRIOS

O saldo das contas a receber de Concessionárias e permissionárias em 31 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 1.696 mil, é decorrente da energia vendida no último mês do trimestre e da última parcela da energia vendida no mês anterior.

Composição do Imobilizado- R\$ Mil							
		Custo de Aquisição em 31/12/15	Baixas/Ajustes Inventário em 31/12/16	Aquisições/Transferência em 31/12/16	Custo de Aquisição em 31/12/16	Depreciação Acumulada em 31/12/16	Imobilizado Líquido em 31/12/16
Terrenos	-	18	-	-	18	-	18
Reservatórios, Barragens e Aduaras	2%	2.795	-688	-	2.107	-1.126	981
Edificações, Obras Cíveis e Beneficentárias	2% a 4%	5.179	-537	-	4.642	-2.685	1.957
Maquinas e Equipamentos	2,5% a 16,67%	7.884	1.086	170	9.140	-7.240	1.900
Veiculos	14,29%	83	7	-	90	-89	1
Móveis e Utensílios	6,25%	154	-4	-	150	-58	92
<b>Sistema De Transmissão De Conexão</b>							
Maquinas e Equipamentos	2,86% a 4%	897	-287	-	610	-289	321
<b>IMOBILIZADO EM CURSO</b>							
Serviço de Terceiros		419	-	9	428	-	428
<b>Total do Imobilizado</b>		<b>17.429</b>	<b>-423</b>	<b>179</b>	<b>17.185</b>	<b>-11.487</b>	<b>5.698</b>

Movimentação do Imobilizado - R\$ Mil						
		Imobilizado Líquido em 31/12/15	Baixas/Ajustes Inventário 31/12/16	Aquisições/Transferência em 31/12/16	Ajuste de Mudança de Estimativa de Depreciação em 31/12/16	Depreciação em 31/12/16
Terrenos	-	18	-	-	-	18
Reservatórios, Barragens e Aduaras	2%	1.510	-688	-	205	-46
Edificações, Obras Cíveis e Beneficentárias	2% a 4%	436	-537	-	2.156	-98
Maquinas e Equipamentos	2,5% a 16,67 %	1.388	1.086	170	-606	-138
Veiculos	14,29%	7	7	-	-7	-6
Móveis e Utensílios	6,25%	95	-4	-	10	-9
<b>Sistema De Transmissão De Conexão</b>						
Maquinas e Equipamentos	2,86% a 4%	501	-287	-	129	-22
<b>IMOBILIZADO EM CURSO</b>						
Serviço de Terceiros		419	-	9	-	-
<b>Total</b>		<b>4.374</b>	<b>-423</b>	<b>179</b>	<b>1.887</b>	<b>-319</b>

O total do imobilizado, R\$ 5.698 mil (líquido da depreciação acumulada) são decorrentes, em sua maioria, da transferência de ativos da Companhia Energética de Brasília - CEB no processo de desverticalização ocorrido em 12 de janeiro de 2006. O valor do saldo do Imobilizado em Curso - R\$ 428 mil, até o mês de dezembro de 2016, refere-se aos serviços de terceiros com projetos de modernização da Usina Hidrelétrica.

## 12.3 Intangível

Composição do Intangível- R\$ Mil				
	Tx Amortização	Custo de Aquisição em 31/12/2016	Amortização em 31/12/2016	Intangível Líquido em 31/12/2016
Softwares	20%	250	-66	184
Uso do Bem Público		1.224	-	1.224
<b>Total</b>		<b>1.474</b>	<b>-66</b>	<b>1.408</b>

Movimentação do Intangível - R\$ Mil				
	Tx Amortização	Intangível Líquido em 31/12/2015	Amortização em 31/12/2016	Intangível Líquido em 31/12/2016
Softwares	20%	230	-46	184
Uso do Bem Público		-	-	1.224
<b>Total</b>		<b>230</b>	<b>-46</b>	<b>1.408</b>

O total do intangível, R\$ 1.408 mil (líquido da amortização acumulada) compreende o valor de Uso do Bem Público, de R\$ 1.224 mil, que será amortizado durante todo o período da concessão e o Sistema Integrado de Gestão e cessão de direito de uso de software, de R\$ 184 mil.

## 13- FORNECEDORES

	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores	889	869

A conta de fornecedores engloba os valores de materiais e serviços para pagamento em, no máximo, 30 dias.

## 14 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	31/12/2016	31/12/2015
Encargos	56	44

Representam os valores provisionados de salários, tributos e encargos sociais sobre folha de pagamento.

## 15 - BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

	31/12/2016	31/12/2015
Benefício Pós-emprego	6	6

Trata-se do valor da contribuição da parcela do empregador à entidade de previdência privada em benefício dos seus diretores.

## 16 - TRIBUTOS

	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	112	95
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	58	59
PIS	10	8
COFINS	45	39
INSS Pessoa Jurídica	16	17
IR - CSLL/ PIS/ COFINS	65	57
ISS	3	5
<b>TOTAL</b>	<b>309</b>	<b>280</b>

Os Tributos estão compostos pelos valores devidos do IRPJ e do CSLL relativos ao 4º trimestre, pelas contribuições sociais para o Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e os impostos e contribuições retidos dos fornecedores de serviços.

## 17 - PROVISÕES PARA LITÍGIOS

	31/12/2016	31/12/2015
Provisão de Contingência	1	1

Refere-se à provisão de contingência civil.

## 18 - DIVIDENDOS A PAGAR

	31/12/2016	31/12/2015
Dividendos Propostos	162	1.432

## 19 - ENCARGOS SETORIAIS

	31/12/2016	31/12/2015
Recursos Hídricos	119	78
Quota para a Res. Global de Reversão	0	13
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D	865	754
Taxa de Fiscalização ANEEL	5	4
<b>TOTAL&lt;/</b>		

## 24.1.5. Encargos Setoriais

	R\$ mil	
	31/12/2016	31/12/2015
Quota da Reserva Global de Reversão - RGR	76	130
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D	140	145
Recursos Hídricos	512	588
Taxa de Fiscalização	55	71
<b>TOTAL</b>	<b>783</b>	<b>934</b>

Referem-se aos encargos do consumidor a recolher, fixados anualmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, relativamente à Quota da Reserva Global de Reversão - RGR, recurso destinado à Pesquisa e Desenvolvimento - P & D, custo com vistas a efetuar a compensação financeira pela utilização do manancial de recursos hídricos da região e encargo cobrado pela ANEEL de todos os concessionários, permissivos e autorizados do serviço de energia elétrica e que se constitui uma das receitas daquela Agência foram registrados como deduções das vendas, conforme dispõe o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

## 24.2. Custo com Energia Elétrica

	R\$ mil	
	31/12/2016	31/12/2015
Energia de Curto Prazo	845	3.250
(-) Repactuação do Risco Hidrológico	0	(3.803)
Ajuste por Inadimplência	0	88
Custo de Uso da Rede Elétrica	991	864
Contribuições de Agente	12	16
<b>TOTAL</b>	<b>1.848</b>	<b>415</b>

### 24.2.1. Energia de Curto Prazo

Trata-se da amortização da Repactuação do Risco Hidrológico, com reflexo sentido nos custos com energia elétrica, totalizando R\$ 845 mil.

### 24.2.2. Custo de Uso da Rede Elétrica

Por ser assegurado à CEB Geração o acesso de suas instalações ao SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO na condição de produtor independente de geração de energia elétrica (Contrato de Concessão nº 001/2016), de acordo com o art. 15, § 6º, da Lei nº 9.074/95, a Companhia firmou contrato com a CEB Distribuição para o uso da sua rede elétrica. Com isso, em 31 de dezembro de 2016, incorreu numa despesa com o CUSD na ordem de R\$ 991 mil.

## 24.3. Despesas Operacionais

	R\$ mil	
	31/12/2016	31/12/2015
Material	40	26
Serviços de Terceiros	3.192	2.928
Tributos	46	43
Depreciação	365	336
Pessoal	1.792	1.762
Administradores	886	875
Provisão para Litígios	0	1
(-) Reversão de Provisão para Litígios	0	-3
(-) Recuperação de Despesas	-1.901	-30
Gastos Diversos	436	97
<b>TOTAL</b>	<b>4.856</b>	<b>6.035</b>

### 24.3.1. Serviços de Terceiros

Os contratos de manutenção e operação das instalações da usina (R\$ 2.154 mil) e Vigilância (R\$ 351 mil) compõem os maiores valores de serviços de terceiros.

### 24.3.2. Pessoal

Representam os custos com AVD de pessoal cedido da CEB Distribuição.

### 24.3.3. Administradores

Representam os custos com honorários e encargos da Diretoria e Conselho Fiscal.

### 24.3.4. Recuperação de Despesas

Fez-se necessário após inventário Físico dos bens de um ajuste relativo à mudança de estimativa na depreciação, ocasionando assim uma redução na despesa no exercício.

## 24.4. Receitas (Despesas) Financeiras

	R\$ mil	
	31/12/2016	31/12/2015
Receitas	762	896
Despesas	-92	-67
<b>TOTAL</b>	<b>670</b>	<b>829</b>

As receitas auferidas pela Companhia são decorrentes das aplicações realizadas.

As despesas por sua vez, são decorrentes da atualização monetária de impostos, despesas bancárias e tributos incidentes sobre operações.

## 24.5. Provisões sobre o Resultado do Exercício

Em 2006, a Companhia optou pelo regime de tributação do Lucro Presumido e, por esse motivo, durante o 4º trimestre de 2016 recolheu R\$ 247 mil a título de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e R\$ 496 mil a título de Imposto de Renda Pessoa Jurídica, conforme demonstração de cálculo:

	R\$ mil			
	31/12/2016		31/12/2015	
Descrição	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receitas de Suprimento	16.486	16.486	15.331	15.331
Outras Receitas	762	762	896	896
Alíquota	8%	12%	8%	12%
Base de Cálculo	2.081	2.740	2.123	2.736
Alíquota Aplicável	15%	9%	15%	9%
	312	247	319	246
Adicional 10%	184		188	
<b>TOTAL</b>	<b>496</b>	<b>247</b>	<b>507</b>	<b>246</b>

## 25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 38, 39, 40, e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2016, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e Equivalentes de caixa - são classificados como destinados à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.
- Concessionários e Permissivos - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

## 26. DIVULGAÇÕES ADICIONAIS

Conciliação do Lucro do período com o Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:

	R\$ mil	
	31/12/2016	31/12/2015
<b>Resultado do exercício/período</b>	<b>8.324</b>	<b>7.458</b>
Ajustes para conciliar o resultado com o valor das disponibilidades geradas (aplicadas)		
Depreciação e amortização	365	336
Ajustes/ Baixas Inventário	(1.474)	0
Outros	3	1
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) Redução Contas a Receber	-182	116
(Aumento) Redução Realizável de Longo Prazo	1.690	-3.803
Aumento (Redução) em fornecedores e outras contas	201	-130
Aumento (Redução) em impostos e contribuições sociais	29	46
<b>Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais</b>	<b>8.956</b>	<b>4.024</b>

## 27. QUESTÕES AMBIENTAIS

A Companhia pautou sua conduta pela preservação do Meio Ambiente e respeito à legislação ambiental, cujas ações voltadas para a sustentabilidade são diversas e cada vez mais arraigadas ao negócio da Empresa.

Em 31 de dezembro de 2016, dentre as ações voltadas à preservação do meio-ambiente destacam-se:

- Continuidade do Programa de Visitas Monitoradas às Instalações da PCH - Paranoá. A CEB Geração recebe visitantes durante todo ano. Os principais públicos são as escolas públicas, as Universidades e as escolas privadas, além de órgãos públicos como a ANEEL e Eletronorte.

- Mantido o programa de coleta seletiva do lixo gerados internamente na CEB Geração, com a permanente conscientização dos empregados e colaboradores da empresa.

- Manutenção da política de manter a cota do Lago do Paranoá em níveis que permitam o uso múltiplo do reservatório, contribuindo com o paisagismo, a umidade da cidade e regulando as cheias a jusante da barragem.

- Ações de divulgação dos aspectos ambientais e da operação das usinas, durante as frequentes entrevistas para órgãos da imprensa escrita e televisada.

A Companhia realizou a contratação, por meio de licitação, da empresa Fractal Engenharia Meio Ambiente e Inovação para a elaboração do Plano de Segurança da Barragem do Paranoá e do Plano de Ação de Emergência, para avaliar a segurança da estrutura e orientar a população quanto aos riscos envolvidos na operação da barragem.

## 28. SEGUROS DA COMPANHIA

A Companhia adota uma política conservadora com relação à contratação de seguros, porém verificou-se que a Usina Hidrelétrica do Paranoá (UHPA) por se tratar de uma usina antiga, seria mais adequada a contratação de seguro com cobertura apenas para geradores e turbinas. A empresa está estudando a contratação de seguro para os citados equipamentos.

## 29. REPACTUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO

A geração hidrelétrica no Brasil é responsável por aproximadamente 65% da capacidade geradora instalada total do país, o que demonstra que qualquer variabilidade no regime de chuvas produz um impacto no Setor Elétrico Brasileiro-SEB.

O Operador Nacional do Sistema Elétrico-ONS opera as usinas hidrelétricas e termelétricas de forma otimizada e centralizada, com o objetivo de determinar a utilização dos recursos de forma a minimizar o valor esperado do custo operativo total do sistema (somatório dos custos presentes e dos custos futuros, trazidos a valor presente), levando em consideração a flutuação das afluentes no período.

Para minimizar a exposição individual do gerador hidrelétrico ao risco hidrológico (incerteza do regime de chuvas) foi criado o Mecanismo de Realocação de Energia - MRE. O mecanismo realoca a energia entre os participantes, transferindo o excedente daqueles que geraram além de suas garantias físicas para aqueles que geraram abaixo.

No entanto, especialmente nos anos de 2014 e 2015, as baixas incidências de chuvas nas principais bacias responsáveis por grande parte do armazenamento do Sistema Interligado Nacional-SIN diminuiu a geração das usinas pertencentes ao Mecanismo de Realocação de Energia - MRE. O somatório da energia gerada no sistema foi inferior à garantia física esperada. Este déficit de geração foi distribuído de maneira proporcional para cada gerador.

Nestas situações de déficit de geração sistêmico, as geradoras necessitam comprar energia no MCP para honrar seus contratos de venda.

Diante de continuas e grandes exposições negativas, muitas geradoras obtiveram liminares judiciais que obrigaram a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a suspender os efeitos financeiros do déficit hídrico para aqueles agentes. A CEB Geração S/A e outras empresas da mesma forma acionaram a via judicial. Em julho de 2015, obtiveram liminar que determinava a não aplicação do Ajuste do Déficit Hídrico (GSF) e proteção ao rateio da inadimplência a partir da contabilização de junho de 2015. Em outubro, nova decisão da justiça ratificou a não aplicação do GSF e do rateio independente do mês da contabilização.

O grande número de liminares impediu que a CCEE recolhesse os créditos necessários para pagar todas as geradoras com posição credora o que levou a suspensão da liquidação financeira do MCP de setembro/2015.

Neste interim foi publicada a MP 688 que dispõe sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, convertida na Lei nº 13.203/15, de 11 de dezembro de 2015. A lei abriu a possibilidade para as empresas geradoras mitigarem este risco do negócio, mediante a repactuação do chamado Risco Hidrológico no Ambiente de Contratação Regulado-ACR e no Ambiente de Contratação Livre - ACL. A finalidade foi destravar o MCP.

A repactuação para os geradores hidrelétricos é baseada na transferência do risco hidrológico aos consumidores, mediante o pagamento de um prêmio de risco e na retirada das ações judiciais, aceitando também que, durante a vigência do acordo, não voltarão a demandar este assunto na justiça. Fazendo-se uma analogia, a repactuação é uma espécie de seguro oferecido aos agentes geradores para que nos momentos de hidrologia desfavorável não tenham grandes prejuízos, seja pelas decisões operativas do ONS ou qualquer outra decisão feita no momento. Este mecanismo (prêmio) não busca gerar nenhum tipo de ganho para o gerador, apenas propõe uma forma de minimizar seu risco perante o déficit de geração.

Em atendimento ao estabelecido na Resolução Normativa-ANEEL nº 684, de 11/12/2015, que estabelece os critérios para anuência e demais condições para repactuação do risco hidrológico dos agentes de geração hidrelétrica participantes do MRE, a CEB Geração S/A celebrou o Termo de Repactuação do Risco Hidrológico. Para CEB Geração S/A a Classe de produto optado para a repactuação foi o SP 100, com montante de energia cujo risco hidrológico será repactuado de 97.536,73 MWh.

A repactuação no ACL não foi aceita pelos agentes geradores, de modo que as liminares permaneceram e o mercado de curto prazo permaneceu parcialmente travado. Segundo a CCEE, 65% da contabilização de novembro de 2016 estava sob liminar com GSF não repactuado.

Existem também decisões judiciais que determinam a preferência no recebimento dos recursos financeiros do MCP para alguns agentes. De modo que após a CCEE operacionalizar todas as decisões judiciais vigentes sobra pouco para ser rateado entre os agentes geradores credores.

Brasília, 31 de Dezembro de 2016.

**Paulo Afonso Teixeira Machado**  
Diretor-Geral

**José Henrique de Oliveira Vilela**  
Diretor

**Renata Rosa Ribeiro**  
Contadora  
CRC 021789/O-6 DF

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Aos Diretores e Acionistas da CEB GERAÇÃO S/A**  
Brasília - DF

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CEB GERAÇÃO S/A, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CEB GERAÇÃO S/A em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à CEB GERAÇÃO S/A, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfases

#### Das Concessões

Conforme divulgado na nota explicativa nº 3, a Usina Hidrelétrica do Paranoá - UHPA é uma concessão de geração de energia elétrica da CEB GERAÇÃO S/A regulada pelo Contrato de Concessão nº 65/1999 ANEEL, tendo os termos finais estabelecidos nos respectivos atos de outorga ou de prorrogação, com data final estabelecida para 29/10/2019. A Usina Termelétrica Brasília deu-se o término contratual da concessão, no dia 07/07/2015, o processo de caducidade pela ANEEL (ofício 661/2015-SCG/ANEEL) ocorreu devido a vários fatores: projeto da década de 50, foi o custo de energia mais caro do Brasil, ausência de peças, ausência de modernização, questões ambientais e não foi mais despachada pelo NOS desde 2009, sendo até retirada do quadro de Usinas disponíveis à Operação do Sistema Nacional. A Usina não gerava mais receita e está agora passando por processo de avaliação com o objetivo de desmobilização. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

### Partes Relacionadas

De acordo com o divulgado na nota explicativa nº 21, a Empresa possui transações com partes relacionadas, decorrentes de uso de rede elétrica e de pessoal requisitado do mesmo conglomerado econômico-financeiro. Consequentemente, os resultados de suas operações poderiam ser diferentes daqueles que seriam obtidos em transações efetuadas em condições normais de mercado. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

## Seguros da Companhia

Conforme nota explicativa nº 28, a Companhia adota uma política conservadora com relação à contratação de seguros, porém verificou-se que a Usina Hidrelétrica do Paranoá (UHPA) por se tratar de uma usina antiga, seria mais adequada a contratação de seguro com cobertura apenas para geradores e turbinas. A empresa está estudando a contratação de seguro para os citados equipamentos. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

## Repactuação do Risco Hidrológico

A empresa divulga nas notas explicativas nº 11, 12.1 e 29, sobre o disposto na Lei 13.203/15 que dispõe sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica abriu a possibilidade para as empresas geradoras mitigarem este risco de negócio, mediante a repactuação do chamado Risco Hidrológico. Para a CEB GERAÇÃO S.A a classe de produto optado para a repactuação foi o SP 100, com montante de energia cujo risco hidrológico será repactuado de 97.536,73 MWh. O valor a ser resarcido pela ANEEL, pelo risco hidrológico de 2015, será de, aproximadamente, R\$ 3.803 mil para a CEB Geração S.A. O ressarcimento dos valores liquidados em 2015 ocorrerá por meio da postergação do pagamento do prêmio durante a vigência do contrato de venda, ou seja, o valor do desembolso efetuado em 2015, como resposta aos débitos nas transações do mercado de curto prazo, será tratado como crédito junto à CCEE. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

## Outros Assuntos

### Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da CEB GERAÇÃO S/A é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da CEB GERAÇÃO S/A são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como, obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de janeiro de 2017.

**MACIEL AUDITORES S/S**  
2CRC RS 5.460/O-0 - S- SP

**ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO**  
1CRC RS - 65.932/O-7 - S - SP  
Sócia Responsável Técnica

**ROGER MACIEL DE OLIVEIRA**  
1CRC RS - 71.505/O-3 - S - SP  
Sócio Responsável Técnico

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CEB Geração S/A, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conheceu o Relatório Anual da Administração, examinou as Demonstrações Financeiras, além das informações complementares objeto das Demonstrações do Resultado, das mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, levantados em 31 de dezembro de 2016, elaborados de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Todas as peças foram apresentadas de forma comparativa àquelas encerradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2015. O Colegiado tomou conhecimento do relatório da Maciel Auditores S/S, emitido sem ressalvas em 23.01.2017, bem como se inteirou da proposta relativa à destinação do resultado do exercício de 2016.

Com base nos documentos apresentados e no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, o Conselho Fiscal concluiu, por unanimidade, que as peças estão em ordem e adequadas, em seus aspectos relevantes, sendo de opinião que se encontram em condições de serem submetidas à deliberação final da Assembleia Geral Ordinária da CEB Geração S/A.

Em cumprimento ao disposto no inciso VIII, art. 146 da Resolução nº 38/1990-TCDF, o Conselho Fiscal verificou não existirem, nos registros contábeis da Companhia apresentados ao Colegiado, irregularidades apuradas no exame realizado, encontrando-se normal a situação dos dirigentes responsáveis perante os cofres da Empresa, até a presente data.

Brasília, 20 de fevereiro de 2017.

**EDMOND FERNANDO SANTIAGO**  
WOLNEY ARRUDA

**LUIZ REIS DE MELLO**

## DIRETORIA EXECUTIVA

**Paulo Afonso Teixeira Machado**  
Diretor-Geral

**José Henrique de Oliveira Vilela**  
Diretor

## CONSELHO FISCAL

**Luiz Reis de Mello**

**Edmond Fernando Santiago** - Presidente

**Wolney Arruda**